

O conflito de poderes

* 7 OUT 1993

MÁRCIO MOREIRA ALVES

Inocência Oliveira é um capador de bodes do sertão de Serra Talhada. Capar bodes não é ofício de moça donzela. Dá em sangue, berreiro e marradas. Na vida política, em um país de práticas ainda mais próximas do canibalismo tupinambá que dos ritos elegantes do Parlamento inglês, capadores de bode são mais necessários que professores de etiqueta. Inocência atacou os compradores de deputados do PSD onde mais dói, com o canivete sertanejo cortando seguro: direto no bolso de guardar dólares. Suspendeu, pura e simplesmente, a filiação

dos suspeitos, passo preliminar à cassação dos mandatos dos traficantes. Com isso, a compra não surtirá o efeito desejado, que era o de guardar na gaveta uma legenda partidária a ser alugada, no seu devido tempo, por algum candidato à Presidência da República.

Registre-se que a ação do presidente da Câmara, respaldada pela Mesa Diretora, foi feita de tocaia. Duas horas antes de anunciada, um dos indigitados traficantes, o deputado Onaireves Moura (PSD-PR), participava do almoço de líderes dos partidos favoráveis à revisão constitucional na casa de Inocência. Entrou mudo e saiu calado mas, se lá estava em busca de

alguma indicação sobre a sua sorte, ficou decepcionado. Ninguém lhe dirigiu a palavra.

A razão política para a rapidez da decisão de Inocência Oliveira e do respaldo imediato que encontrou na opinião da Câmara foi a necessidade de fortalecer o Poder Legislativo neste período, que promete ser rico em conflitos institucionais. Pressionado pela opinião pública e pela possibilidade de terçar armas com o Supremo Tribunal Federal, era necessário livrar o Congresso da pecha de complacente, por corporativismo, com um mercado de negócios escusos.

Uma das regras não escritas da vida política brasileira é cíclica: em princípio de mandato, o Executivo deve ser honesto; em fim de mandato, o Legislativo tem de parecer honrado.

Já que pensei em regras, ocorreu-me outra, que John Kennedy gostava de citar: a derrota é órfã; a

vitória tem muitos pais. Não há vitórias sem comandantes. Essa é uma razão para se crer na fugacidade da crise criada pelo ministro do STF Marco Aurélio Mello, concedendo uma liminar contra um procedimento do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Não tem esse ministro do Supremo lastro de antiguidade ou prestígio de saber suficientes para liderar os seus pares. O comandante do Judiciário não pode ser ele, se é que há ânimo de confrontação, hipótese discutível.

Os conflitos com o Executivo também são improváveis na re-

visão, por dois motivos principais: primeiro, porque as forças favoráveis a corrigir a Constituição, suprimindo artigos ou alterando textos que não foram aprovados no uso, são largamente majoritárias. Segundo, porque o governo não tem comando.

O deputado Roberto Freire (PPS-PE), líder de Itamar, não parece ser líder do governo. Na reunião de terça-feira em casa de Inocência, defendeu uma anistia ampla e irrestrita para os 98 mil funcionários federais demitidos pelo ex-presidente Fernando Collor. A proposta foi recebida com reticências pelos demais líderes, exceto

Sérgio Arouca, que é um dos três deputados eleitos pelo partido de Feire, o PPS, antigo PCB. José Serra criticou-a duramente, argumentando ser ela contrária a tudo que a equipe econômica tem falado sobre ajuste fiscal.

A falta de comando no governo decorre, fundamentalmente, das dificuldades que a equipe econômica está encontrando para formular uma proposta que tenha princípio, meio e fim. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, diz estar à espera de que a sociedade decida o tamanho do Estado que o Brasil deve ter. A atitude do ministro pode ser muito democrática, mas é politicamente paralisante. Na verdade, ele está usando ao contrário a divisa de São Paulo: *Non ducor, duco*. Comando, não sou comandado.

■ Márcio Moreira Alves cobre a reforma constitucional como repórter especial